

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
VENDAS NOVAS**



**SESSÃO ORDINÁRIA
DE JUNHO**

ATA N.º 3/2021

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS**Ata n.º 3/2021**

1. Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e um, no Centro Sociocultural, teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 06 minutos, tendo estado presentes todos os membros convocados, com exceção do Membro Ruben Alexandre dos Anjos Alves, nomeadamente:
2. Estiveram presentes os seguintes Membros: Hermínia Maria Viegas Henriques (Presidente da Assembleia Municipal), Hugo Miguel Seródio Mendes (1.º Secretário), Cátia Alexandra de Sousa Silva (2.ª Secretária), Valentino Salgado Cunha, Ana Rita de Oliveira Lança, João Diogo Penha Marmeleira, Maria Luís Arranja Martins de Barros, Paulo Jorge Piteira Campino, Sophie Veiga Fontes, Gonçalo Nuno Balão Cegonha, Catarina de Jesus Mendes Serrudo, Maria Clara Cardoso Pereira, Vítor Dias Serrano, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim (PS), Sílvia Leonor Chafana Seatra dos Santos, Joaquim José do Rosário Pedro, José Lino Queiroz dos Santos, Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão, José Filipe Godinho Barradas (CDU); Custódio Manuel Aldinhas Vale de Gato, João Carlos de Carvalho B. Perdigão Marquês (PSD).
3. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: o Presidente da Câmara Municipal, Luís Dias e pelos Srs. Vereadores Ana Barros, Susana Gonçalves, João Teresa Ribeiro e Emília Paulino.
4. **O Presidente da Assembleia Municipal**, saúda todos os presentes na Assembleia Municipal, o público presente e todos os Vendasnovenses que estão a ouvir através da Rádio Granada.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

5. **A Presidente da Assembleia Municipal** apresenta o **Projeto de Ata n.º 1/2021**, questionando se algum dos Membros tem alguma proposta de alteração ao Projeto de Ata n.º 1 de 2021.
6. O **Membro José Leitão** refere como é a última Assembleia Municipal do mandato, saúda todos os presentes.
7. Refere que a Bancada da CDU vota favoravelmente o Projeto de Ata n.º 1/2021, mas, no entanto, de acordo com a lei, ou seja, formalmente deveriam votar contra, porque se deveria estar a discutir o Projeto de Ata n.º 2, ou seja, a de abril e não a de fevereiro.
8. **A Presidente da Assembleia Municipal** refere que ainda se tem a Assembleia Municipal de setembro, sendo que esta ainda não é a última.
9. Não havendo mais intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovado**, por **unanimidade**, com 16 votos a favor, o **Projeto de Ata n.º 1/2021**, referente à sessão realizada no dia 5 de fevereiro de 2021.
10. Não participaram na referida votação, por não terem estado presentes, os Membros Hermínia Henriques, Gonçalo Cegonha, Sílvia Santos, Joaquim Pedro, José Filipe Barradas, e João Perdigão.
11. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra e saúda todos os presentes.
12. Apresenta em nome da Bancada do PS um **“Voto de Pesar pelo Falecimento de João Paulo Varanda**” (Anexo 10/21)

13. **A Presidente da Assembleia Municipal** propõe um minuto de silêncio pelo falecimento do João Paulo Varanda.
14. **O Membro Custódio de Vale de Gato** agradece a palavra e saúda todos os presentes.
15. Refere que relativamente a esse Voto de Pesar, a bancada do PSD tem uma Moção a apresentar no mesmo sentido e, arriscando-se a antecipar aquilo que poderá acontecer, gostaria e tendo a certeza que o assunto é consensual que da Moção que vão ler a seguir, se retirasse uma forma de se consolidar numa única Moção aquilo que é o sentimento de todas as bancadas presentes, uma vez que o assunto não é partidário, não é político, é sim de reconhecimento do valor, da estima e da pena que se tem por ver partir um tão ilustre Vendasnovense.
16. Propõe que deixem ler a Moção da bancada do PSD e que a seguir se seguissem nesse sentido, se a Senhora Presidente da Assembleia Municipal assim o entender.
17. **A Membro Maria João Luz** refere que gostava que se seguisse o que o Membro Custódio Vale de Gato sugeriu, que se deixasse todos lerem o Voto de Pesar e depois fazer-se um minuto de silêncio.
18. **O Membro João Perdigão** apresenta em nome da bancada do PSD a **Moção “Voto de Pesar pelo falecimento de João Paulo Varanda”**. (Anexo 11/21)
19. **A Membro Maria João Luz** apresenta em nome da bancada da CDU o **“Voto de Pesar, Falecimento de João Paulo Varanda”**. (Anexo 12/21)
20. **A Presidente da Assembleia Municipal** refere que as três bancadas apresentaram um Voto de Pesar, podendo votar isso como um voto só, têm as três, anexam todas e votam como sendo só um voto, estando todos com a mesma ideia, todos com o mesmo pesar. Se concordarem, pode-se fazer assim.
21. **A Membro Maria João Luz** refere que a bancada da CDU não se vai opor a essa posição.
22. **O Membro Custódio Vale de Gato** refere que, da mesma forma, a bancada do PSD não se vai opor.
23. **O Membro Valentino Cunha** refere que a bancada do Partido Socialista também não se opõe.
24. Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovado, por unanimidade, o “Voto de Pesar pelo Falecimento de João Paulo Varanda”**, apresentado pelas Bancadas do PS, PSD e CDU. (Anexos 10/21, 11/21 e 12/21)
25. Refere que se vai proceder a **um minuto de silêncio em homenagem a João Paulo Varanda**.
26. Comunica que, no dia do funeral, mandou fazer uma coroa de flores em nome da Assembleia Municipal, que foi entregue.
27. **A Membro Maria Clara Pereira** saúda todos os presentes. Apresenta em nome da Bancada do PS um **“Voto de saudação pelo investimento na mobilidade do Concelho”**. (Anexo 13/21)
28. **O Membro José Leitão** agradece a palavra. Refere que, genericamente, a bancada da CDU não tem nada contra esse voto de saudação. No entanto, quando se diz no documento “desde 2019 que o Município de Vendas Novas tem promovido as diligências necessárias junto do Governo e da CP para que os descontos nos passes do transporte ferroviário fossem aplicados às viagens entre o Alentejo Central”, no que diz respeito ao PCP já tinham “barbas brancas” sobre isso, já andavam nessa “guerra” há muitos anos.
29. Quando se diz no parágrafo a seguir que “o PART, tem sido criado com os votos da esquerda parlamentar”, é bom não esquecer que o PS andou anos e anos a votar contra a proposta que era apresentada na Assembleia da República pela bancada do PCP e de Os Verdes.

30. Menciona que se fala numa empresa ao serviço dos portugueses da CP e o PS é que sabe o que é que anda a fazer e o que é que andou a fazer sobre a CP.
31. Por fim, dizer que a bancada da CDU considera que tudo o que seja para melhorar as condições de vida das pessoas, seja de Vendas Novas seja de onde for e não estão naquela coisa do “bairrismo”, seja quando for estarão sempre desse lado e por isso mesmo votam favoravelmente essa proposta de saudação, agora não deixam passar em branco questões que branqueiam a posição do Partido Socialista nessas questões.
32. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovado**, por **maioria**, com 20 votos a favor (14 do PS e 6 da CDU) e 2 abstenções (PSD), o **“Voto de Saudação pelo Investimento na Mobilidade do Concelho”**, apresentado pela Bancada do PS. (Anexo 13/21)
33. O **Membro José Leitão** apresenta em nome da bancada da CDU uma proposta de um **pedido de informação relativamente à questão do funcionamento do RX em Vendas Novas**. (Anexo 14/21)
34. A Bancada da CDU gostaria de ver a mesma votada e que a Mesa avançasse depois com as diligências nesse sentido visto que a Câmara Municipal, até há data, que o saibam, não fez nada.
35. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovado**, por **unanimidade**, o **pedido de informação relativamente à questão do funcionamento do RX em Vendas Novas**, apresentado pela bancada da CDU. (Anexo 14/21)
36. Solicita ao Membro José Leitão que lhe faça chegar a proposta.
37. O **Membro José Leitão** refere que gostava muito, mas o seu computador passou à situação de preguiça e avariou e disseram-lhe no fornecedor que daqui talvez a um mês, entregando a cópia manuscrita.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º Ponto – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

38. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
39. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Saúda na sua pessoa toda a mesa, os Senhores Vereadores, os Membros da Assembleia Municipal, público presente e colaboradores do Município de Vendas Novas que estão presentes a assegurar e a garantir o funcionamento da presente Assembleia. Um cumprimento especial para quem os acompanha a partir de casa, através da transmissão da Rádio Granada, que tem sido ultimamente extremamente útil para a divulgação das sessões da Assembleia Municipal.
40. Refere que, no que diz respeito aos documentos de prestação de contas do ano 2020 e, em nome da Câmara Municipal, tem de fazer duas notas de contexto que são mais do que óbvias. A primeira tem a ver com o novo sistema de contabilidade sobre o qual foram elaborados esses documentos e foi a primeira vez que o fizeram, com o SNCAP, tiveram necessidade e um trabalho redobrado ao nível técnico para conseguirem dar resposta àquilo que era necessário para poderem atempadamente estarem a apresentar as contas que discutirão de seguida.
41. A segunda nota tem a ver com o clima pandémico que, a partir de março do ano passado, do ano 2020, assolou o território a nível local, regional, nacional e mesmo mundial e que os levou a uma alteração da estratégia que tinham definida para o ano de 2020, quer ao nível dos objetivos anuais que tinham traçado, quer ao nível dos investimentos e atividades, investimentos esses que decidiram, muitos deles, não lançar e adiar e, quase todos os eventos que decidiram cancelar por questões mais do que óbvias ligadas à pandemia.

42. Nesse sentido, ao nível das execuções, como faz habitualmente, apesar da adaptação e ajuste tiveram, no entanto, um aumento das execuções das grandes opções do plano, atingindo a segunda melhor execução do quadriénio que diz respeito ao presente mandato autárquico, acompanhando também a tendência de subida dos investimentos que estavam em curso do PPI e que foram concluídos no ano de 2020.
43. Destaca ainda o aumento crescente também em linha tendencialmente estável da receita, à semelhança do que tem acontecido todos os anos ao longo do mandato, a receita tem vindo sempre a subir e não foi diferente no ano de 2020, havendo uma descida muito significativa da despesa, porque houve de facto uma maior contenção ao nível dos investimentos e das atividades do Município.
44. Em resumo, deixa a nota que cumpriram todas as normas legais em vigor para aquela que é a necessária e rigorosa prestação de contas que apresentam, nomeadamente, as regras relacionadas com o equilíbrio orçamental da Câmara Municipal e as regras também do endividamento.
45. Terminaram o ano sem dívidas vencidas a fornecedores, sem pagamentos em atraso e com uma situação de alguma robustez que, obviamente, acaba por concretizar o saldo transitado que já discutiram anteriormente.
46. Termina com um agradecimento duplo, em primeiro lugar à Divisão Administrativa e Financeira que nos últimos meses, de forma redobrada, trabalhando sábados, domingos e feriados dedicou-se e abraçou a necessidade de cumprirem um prazo que nem todos os Municípios do país cumpriram e, acompanhando esse trabalho um pouco à distância, a verdade é que reconhece e tem de reconhecer-se o trabalho que foi feito, não sendo possível estar-se no presente dia a apresentar as contas, como habitualmente fazem no mês de junho, sem o trabalho redobrado de toda a equipa que esteve por trás da elaboração desses documentos e, em segundo lugar, uma vez que eles versam sobre o ano de 2020.
47. Agradece a todos os colaboradores do Município que, de forma abnegada, serviram a comunidade durante o período de pandemia, nomeadamente, alguns deles em situações bastante adversas e complicadas, correndo riscos para que Vendas Novas não deixasse de ter os serviços públicos essenciais à qualidade de vida da população.
48. **O Membro Custódio Vale de Gato** agradece a palavra. Refere que a intervenção que vai fazer não tem a ver com os aspetos técnicos, uma vez que e, de forma reiterada o vem afirmado, levam aquilo que são os documentos contabilísticos e têm a confiança de que a Divisão Administrativa e Financeira já os habituou a ter rigor naquilo que faz e também o reconhecimento da bancada do PSD pelo trabalho que é feito pela Divisão Administrativa e Financeira e pelo seu responsável.
49. Coisa diferente tem a ver com os conteúdos e que são conteúdos que, na sua opinião, não são da responsabilidade de quem faz e elabora os relatórios, mas sim aquilo que reflete a gestão do Município.
50. Refere que há um ponto e não pode deixar passar isso em claro pela dupla qualidade em que está e que não pode omitir, no que tem a ver no parágrafo da página 83, quando se fala no apoio do surto ao Lar de Nossa Senhora da Saúde e que envolve a Santa Casa da Misericórdia.
51. Como sabem, tem responsabilidades como Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia e não ficaria bem com a sua consciência se não sugerisse que fosse reposta alguma verdade no que tem a ver com essa matéria. Quem lê esse parágrafo fica com a sessão de que a Câmara Municipal resolveu todo o problema e que foi apenas a Santa Casa da Misericórdia um instrumento que se limitou a fazer a confeção das refeições, não sendo isso que aconteceu. O que aconteceu foi bem diferente, a Santa Casa da Misericórdia teve um papel relevante, porque foi ela que andou para a frente com tudo, fez as aquisições das embalagens, começou por fazer a distribuição, ao contrário daquilo que reporta no documento, não foi só a Câmara Municipal que fez as distribuições das refeições, foi a Santa Casa através dos seus meios que levou as refeições ao Lar de Nossa Senhora da Saúde, da Afeiteira.

52. Não sendo de escamotear aquilo que foi o papel da Câmara Municipal, mas acha que, o papel da Santa Casa da Misericórdia por aquilo que fez, por aquilo que se empenhou e pela resposta pronta que deu e que não fez mais do que a sua obrigação, insiste. Era de toda a legitimidade que a instituição em causa fosse apoiada por outra sua congénere, não sendo isso que está em causa, mas ficaria bem que no presente relatório fosse também referido de uma maneira mais assertiva aquele que foi o papel relevante da Santa Casa da Misericórdia de Vendas Novas.
53. Pede perdão por o dizer com alguma emoção, mas é porque também sente com muito carinho o trabalho da Santa Casa e, portanto, não poderia de forma nenhuma, insiste, deixar passar em claro a inexactidão que consta do presente parágrafo.
54. O **Membro José Leitão** refere que não irá fazer grandes dissertações sobre o relatório ora apresentado. No entanto, há coisas que lhe parecem que merecem ser ressalvadas. Primeiro, a CDU tem dito ao longo dos oito anos, que o presente executivo do Partido Socialista tem-se pautado por uma gestão corrente e continuam a afirmar o mesmo, notando-se no presente relatório, independentemente das situações excecionais de Covid-19, que é disso que se tem e basta pensar que a Câmara Municipal passou com um saldo de um milhão e quatrocentos mil, mais coisa, menos coisa, havendo tanta coisa para fazer em Vendas Novas, por isso não lhe parece que houvesse razão para passar com um saldo desse montante.
55. Refere que a situação da Câmara Municipal tem os seus resultados líquidos e valendo isso, não está a falar em prejuízos no Município, está a falar-se de questões de ordem contabilística, mas tem se vindo a agravar.
56. Se se ver a página 20 do relatório, observam que o resultado líquido do período 2019 anda na casa dos quinhentos, quase seiscentos mil euros e, no presente ano andou na volta de um milhão e quinhentos mil euros e, para haver resultados líquidos negativos, salvo melhor opinião, tem de haver cobertura para esses resultados e, a cobertura para esses resultados ou advém de existência de ativos que poderão dar cobertura a essas situações ou então vão ao património da entidade.
57. Por isso, é uma situação preocupante, além do mais porque o saldo de resultados líquidos transitados tem vindo a subir por aí acima, salvo erro, por volta dos onze milhões negativos.
58. Menciona que a Câmara Municipal continua a exercer e a fazer e, quanto à bancada da CDU, bem, não têm nada a dizer em relação à questão, mas continua a viver um pouco à custa do que a CDU deixou. Quando chegam às receitas de capital, têm a venda de bens de investimento e, se a Câmara Municipal, em 2019, tinha apurado um resultado de cento e quarenta e cinco mil seiscentos e qualquer coisa euros, no presente ano, apurou um resultado de quase trezentos mil euros e, pelo que sabe, o Município gerido pelo PS, não investiu nada até à data e, por isso, tudo o que tem estado a vender, deve-o àquilo que a CDU deixou e mesmo assim, consegue aumentar a dívida no presente ano. É evidente que é um valor irrisório, mas consegue-o aumentar.
59. São algumas notas, quanto à bancada da CDU, que demonstram que não existe uma gestão por parte do Município com uma perspetiva, mas que existe sim uma gestão corrente, uma gestão do dia-a-dia, vai-se fazendo algumas obras, vai-se andando, mas não existe uma gestão com um princípio, meio e fim. Já o disseram há oitos anos e continuarão a dizer, gostavam de não o dizer, mas infelizmente dizem-no e vão tendo a ideia de que a situação se tem vindo a agravar. Porque passar com um saldo de um milhão e quatrocentos mil euros, tendo em atenção aquilo que há para fazer em Vendas Novas, é não querer saber de Vendas Novas.
60. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Começa por cumprimentar o Membro José Leitão, que reparou que tem um toque de telemóvel igual ao seu, achando que isso não quer dizer nada mais que coincidência.
61. Começa pelo saldo de gerência, referindo que na Assembleia Municipal que tiveram no início do presente ano, em que aprovaram a transferência do saldo de gerência, já abordaram, longamente, as possíveis causas para esse saldo de gerência que é extraordinariamente elevado, face àquilo que é o habitual na gestão do Município e extraordinariamente, antes que o Membro Vale de Gato comece a

- apontar a palavra, não o diz num sentido de elogio, é o que é. É um facto estatístico que é um *outlier* daquilo que tem sido os saldos de gerência, mas também não podem em 2021, dizer que fariam diferente em 2020, quando em 2020 não sugeriram fazer diferente, ou seja, perante a incerteza que tinham durante todo o ano 2020, nomeadamente, a partir de março, de como seria a evolução da pandemia, se a pandemia iria ou não afetar o Concelho de Vendas Novas, se, como outros Municípios teriam ou não de mobilizar centenas de milhares de euros como Municípios do distrito tiveram de o fazer para conter surtos locais, perante essa incerteza, naturalmente que a gestão do Município se tornou mais rigorosa e, isso ainda se acaba por conciliar com o facto de muitas das atividades não terem sido possíveis de se realizar. Se reparar nos quadros do documento que está a folhear que a despesa teve uma execução mais baixa.
62. Relativamente ao resultado líquido, talvez não tenha chegado à página 143, onde precisamente se faz o apuramento do resultado líquido e, para repor alguma exatidão, podem dizer que o resultado líquido aumentou, ou melhor, ficou mais negativo, tendo em conta o aumento das depreciações, porque se se olhar para o resultado antes das depreciações, ele é positivo em quase dois milhões, praticamente inalterado face ao ano anterior de 2019.
 63. Toda a variação desse resultado líquido para negativo, em cerca de um milhão de euros, resulta esmagadoramente das depreciações do ativo e que, segundo se lembra, já nos últimos mandatos já ouviram várias vezes o Município dizer que estava a registar património que não estava registado nas suas contas, mas se tiver a dizer algo errado, o Senhor Presidente da Câmara Municipal poderá corrigir, ou também o Membro José Leitão que tem tudo bastante organizado em casa poderá ir consultar os relatórios e contas e os orçamentos anteriores para confirmar essa informação que está a partilhar, que é de conhecimento público, diga-se.
 64. Nesse sentido, mal seria, se com tanto registo de ativos, não viesse a consequência da perda natural contabilística desses ativos e, isso explica a variação dos resultados líquidos e explica em grande medida porque é que o acumular de resultados líquidos negativos naturalmente dá resultados transitados negativos.
 65. Relativamente à dádiva da CDU da venda de terrenos também tem de relembrar que esses foram aqueles terrenos que tiveram registados como receitas de capital durante anos e anos e nunca foram vendidos, não sabendo se é esses mesmos terrenos que empolavam os orçamentos da CDU que está a falar, mas se for, poder-se-á colocar sob perspetiva o que é uma dádiva.
 66. Por fim, mencionar o aumento de dívida e também quando esteve a olhar para os documentos, também reparou no aumento de dívida, não que o aumento de dívida por si só, seja um indicador que é bom ou mau, tem de se analisar de onde é que esse aumento de dívida provém e, se se for escamotear um pouco a evolução do endividamento, repara-se que entre dezembro de 2019 e dezembro de 2020, o endividamento, de facto, aumentou cento e cinquenta e oito mil euros, não chega a três milhões, sendo um aumento de 5,6%, se o quiserem colocar em perspetiva e, que resulta essencialmente não de empréstimos, porque os empréstimos até diminuem, empréstimos de médio e longo prazo na página 22.
 67. O leasing, poderá dizer-se que poderá ter sido o leasing, que também já foi explicado que advém da renovação da frota do Município, mas também nota os fornecedores, a conta corrente dos fornecedores que é um pouco compatível com a informação que lhes foi dada, de que, o prazo médio de pagamento aumentou de 5 dias para 18 dias e que terá a ver certamente com o ano atípico que se está a viver, mas que, ainda assim, não lhe parece que seja o drama que a intervenção do Membro José Leitão parece ter “pintado”.
 68. O **Membro José Leitão** refere que na página 22 há uma incorreção que convém corrigir que diz assim logo no primeiro parágrafo: “o Município de Vendas Novas terminou o ano 2020 com o endividamento de 2.988 milhões”, sendo evidente que isso não está correto, devendo-se dizer 2 milhões 988 mil euros, sendo que convém ser corrigido isso, não está correto.
 69. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Em primeiro lugar, saúda as intervenções da Assembleia Municipal de todas as bancadas em relação à análise que fizeram.

70. Em relação ao salientado pelo Membro Custódio Vale de Gato que muito estima, bem como a Santa Casa da Misericórdia, por onde também passou, que o que está presente é um resumo de seis linhas sobre um processo que foi talvez o mais doloroso, talvez não, foi o mais doloroso que viveram durante a pandemia e, portanto, esse reconhecimento público à Santa Casa da Misericórdia, fizeram-no, logo na altura e, em todos e qualquer momento, em que tiveram oportunidade de o salientar e não foi só da Santa Casa da Misericórdia, foram de todas as instituições que naquele momento se uniram em volta de um problema, que foi um problema de todo o Concelho de Vendas Novas.
71. Salientando isso, refere que não há intenção nenhuma de desvalorizar, pelo contrário, têm todo o reconhecimento pelo trabalho que foi desenvolvido e, portanto, é um resumo, são seis linhas apenas para uma panóplia de acontecimentos e de eventos que só têm que lamentar.
72. Em relação à intervenção do Membro José Leitão, acrescentando um pouco também com informação mais técnica que o aumento, para além das depreciações que foram referidas, porque registaram muito património e continuam a fazê-lo, em oito anos registaram muito património que não estava registado do Município e, isso sugere as depreciações que depois geram todo o resultado líquido negativo presente, ou seja, o valor do ativo não é o mesmo de quando a sua construção e isso deveria ter sido feito logo na altura e, não tendo sido feito na altura, as depreciações pesam nesse resultado.
73. No entanto não é a única justificação, a própria transição do POCAL para o SNCAP promove também, pela contabilização disso, promove um aumento mais significativo e, basta comparar a evolução dos últimos anos, com os presentes e se tiverem alguma questão técnica nessa área, pode passar a palavra aos Técnicos da Divisão Administrativa que estão presentes, que podem explicar tudo isso, que é um dos motivos também que faz com que aumente, face àquilo que é o normal nas prestações de contas.
74. Sobre a venda de património, relembra que é verdade que a CDU durante muitos anos em que esteve à frente do Município de Vendas Novas, sobretudo na altura das “vacas gordas”, como se costuma dizer, adquiriu e fez alguns negócios que foram a base daquela que é a edificação que se tem presentemente no Concelho de Vendas Novas, ninguém pode esconder isso.
75. Mas salienta que o património que estão a vender para a habitação própria permanente de jovens casais do Concelho de Vendas Novas, porque é sobretudo o caso que têm em mãos, tinham os terrenos efetivamente, tinham os loteamentos, mas relembra também que não estavam infraestruturados, ou seja, nomeadamente aquele que acabaram de vender da Afeiteira - 2.ª fase não tinha infraestruturas, algumas das infraestruturas não estavam lá, nem elétricas, nem de circulação, nem de água, sendo que isso pesa também nas contas. Não é só a venda, a venda é importante, significam mais agregados familiares a construir habitação no Concelho de Vendas Novas mas, no entanto, esse património muitas vezes não está preparado para que a construção tenha tudo aquilo que uma casa tem de ter nos dias de hoje e isso custa dinheiro e dá trabalho.
76. Deixa também uma nota clara que há uma produção de trabalho de todos aqueles que servem o Concelho de Vendas Novas.
77. Não havendo mais intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 1, tendo sido **deliberado, por maioria, com 14 votos a favor (PS) e 2 abstenções (PSD) e 6 votos contra (CDU), aprovar os documentos de prestação de contas de 2020 (relatório de gestão e demonstrações financeiras, orçamentais e outros anexos).**
78. O **Membro Vale de Gato** agradece a palavra. Em nome da bancada do PSD apresenta uma Declaração de Voto.
79. O voto pela abstenção da bancada do PSD não tem a ver com as peças contabilísticas, como já referiram na intervenção anterior, são reconhecidas como exatas, mas sim porque não se reveem na estratégia e na política que foi implementada pela Câmara Municipal durante esse exercício.

80. Para a bancada do PSD, continua a ser um exercício falho de rasgo, falho de grandes iniciativas com resultado, infelizmente, negativo e mesmo que se queira mitigar esse resultado negativo por ter sido acrescido das depreciações, querendo dizer que os anteriores é que estavam beneficiados.
81. Refere que o PSD não está contra, não vota contra, mas abstêm-se porque não se revê na estratégia que está vertida conceptualmente naquilo que as contas identificam.
82. O **Membro José Leitão** apresenta em nome da bancada da CDU a Declaração de Voto.
83. Frisa mais uma vez que a bancada da CDU considera que o relatório atualmente apresentado, representa aquilo que tem sido a política de decréscimo da qualidade de vida dos Vendasnovenses, o que se vem a refletir nomeadamente, na redução do número de empresas, dos habitantes, de eleitores e que vai levar a que no próximo ato eleitoral, o número de eleitos nos diversos órgãos, nomeadamente, na Câmara Municipal e na presente Assembleia Municipal seja menor do que o atual. Sendo isso um reflexo, ou seja, a política do presente executivo tivesse sido uma política no sentido de desenvolver Vendas Novas, no presente dia, não estariam a assistir a esse retrocesso.

2.º Ponto – RELATÓRIO DE REVISÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

84. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 2.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução, referindo que o mesmo é só para conhecimento.
85. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que não tem nada a acrescentar, o documento é da única e exclusiva responsabilidade do conhecimento da Revisora Oficial de Contas do Município e é enviado diretamente para o Órgão Deliberativo, não para o Órgão Executivo que é uma apreciação que faz sobre as contas de acordo com a própria indicação que ela própria deu, mas do que leu, reflete aquilo que é o princípio da estabilidade crescente que as contas do Município demonstram e está bem patente no documento, não sendo da responsabilidade da Câmara Municipal é para conhecimento da Assembleia Municipal.
86. O **Membro José Leitão** refere que acho algo estranho, que na página 18 dos documentos de prestação de contas, vê deferimentos com um valor em 2019 de nove milhões de euros, mais coisa menos coisa. Em 2020, esses deferimentos resultam em 167 mil euros, ou seja, há um desaparecer de deferimentos de 8 milhões, quase 9 milhões de euros e sabe qual foi a razão. Agora, acha estranho é que a Senhora Revisora Oficial de Contas não faça referência nenhuma em relação a esse estranho facto, nem explique, passa por ali como “cão por vinha vindimada” e isso acha estranho, mas pronto, são os Revisores Oficiais de Contas que têm.
87. A **Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

3.º Ponto – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2020 DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

88. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução, referindo que o mesmo é só para conhecimento.
89. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que em relação ao cumprimento do Estatuto do Direito da Oposição, vem como é habitual o relatório para a Assembleia Municipal com aquele que foi o trabalho efetuado nesse âmbito e não tem sido pouco e, deixa também o mérito às Oposições, nomeadamente em todas as matérias que a própria lei tipifica como de obrigação dos executivos, no presente caso, municipais.
90. Foi salvaguardado o direito à informação, o direito de consulta prévia, o de participação e o direito a depor, nomeadamente, até através de vários momentos que teve a oportunidade de participar em

comissões da própria Assembleia Municipal e que constituem o direito a depor, que é o direito que a Oposição tem e de os ouvir a prestar contas também.

91. Menciona que vem em anexo um resumo de todos os requerimentos que foram ao longo do ano de 2020 feitos pela Oposição e aos quais foram dadas as respostas, de acordo com o que a legislação define.
92. A **Membro Maria João Luz** refere que o presente documento vem com atraso, porque de acordo com a lei que regula este Estatuto, deveria ter sido elaborado e entregue até ao final de março e ter vindo à sessão de abril.
93. O **Membro José Leitão** menciona que o presente documento tem algumas lacunas, nomeadamente, no direito à informação.
94. Diz na página 6 que: “foi remetida à Presidente da Assembleia Municipal e aos restantes Membros da Assembleia Municipal, antes de cada Sessão Ordinária daquele Órgão, informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e de outros assuntos de interesse público” e, aí chegam a uma conclusão, que é a informação que a CDU tem criticado sempre, é disso que está a falar, sendo evidente que não se reveem consequentemente nessa linha.
95. Também se diz em baixo que: “procedeu-se à divulgação das atas das reuniões da Câmara Municipal, das sessões da Assembleia Municipal, na página da internet da Autarquia, após a sua aprovação como determina a lei”.
96. Menciona que se se for consultar o site da Câmara Municipal e forem ver a ata, o que está como ata do dia 24 de junho de 2020, podem concluir que afinal não é bem assim.
97. Refere que consta: “no direito à participação, foram dirigidos convites aos Membros eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal a fim de assegurar que esses pudessem estar presentes e ou participarem em atos e eventos oficiais”.
98. Menciona que no Facebook e não é muito adepto dessas coisas, mas de vez enquanto passa por lá e pela página da Câmara Municipal, até porque tem mais coisas que fazer, vê que a Câmara Municipal fez isto, inaugurou aquilo, mas a realidade é que, em sua casa, raramente recebe qualquer convite e sabe também que os Vereadores da CDU, não são ouvidos, nem achados, nem são informados e nem são convidados, é quase como aqueles que são os últimos a saber.
99. Refere que na página 8 diz: “foram tornadas públicas integralmente nas respetivas atas todas as declarações de voto apresentadas”, ora face ao que já disse anteriormente, a exemplo da ata de 24 de junho conclui-se que tal facto não é verdade.
100. O **Membro Custódio Vale de Gato** agradece a palavra. Refere que a bancada do PSD julga que o relatório tem alguma omissão e por isso merece reparo, relativamente a dois temas, impediram que a bancada do PSD fizesse bem o seu trabalho, que é o trabalho de escrutinar a atividade da Câmara Municipal e, escrutinar no sentido do mais elevado e do mais positivo possível, ou seja, condicionando de forma assertiva e positiva os trabalhos da Câmara Municipal.
101. Tem a ver com o relatório sobre as análises às águas da ETAR de Bombel que não foram disponibilizadas atempadamente à Assembleia Municipal e foram-no a uma entidade externa em prioridade invertida, pensa que é um reparo que fica presente para que seja corrigido esse tipo de procedimento.
102. Por outro lado, e isso vale o que vale, é a opinião da bancada do PSD, sabem que não é consensual, mas, quando foi da audição para o orçamento para 2021, não foram disponibilizados os meios ao PSD e também aí lhes parece que o trabalho da oposição ficou, de alguma forma, prejudicado.
103. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Agradece à Membro Maria João Luz, ao Membro José Leitão e ao Membro Custódio Vale de Gato as intervenções que fizeram.

104. De forma muito sucinta e porque há questões que são “velhas” na presente Assembleia Municipal e o direito à informação da Atividade Municipal ter pouco informação, dirigindo-se ao Membro José Leitão, recorda-se de estar do lado das bancadas e do que é que era a Atividade Municipal nessa altura em que nem as dívidas constavam da mesma e no presente vêm as dívidas e foi isso que a bancada do PS andou a pedir durante décadas à Assembleia Municipal e nunca lhes foi facultado. Quando coloca em causa o presente documento, dever-se-ia lembrar que quando estava desse lado da bancada, nunca o ouviu criticar isso.
105. Dirigindo-se ao Membro Custódio Vale de Gato em questão à omissão, pensa que há algum equívoco que não foi das análises, foi da questão do processo em Tribunal e, ele foi enviado por lapso e já foi respondido a vários requerimentos do PSD ao longo dos últimos dois meses e a Assembleia Municipal foi tendo conhecimento de tudo e disso só não o teve porque não o podia ter, nem a entidade para onde foram enviados e tratando-se de um lapso e isso já foi assumido na última Assembleia Municipal, sabe que o Membro Custódio Vale de Gato não esteve presente, mas foi assumido por si na última Assembleia Municipal e depois por escrito a um requerimento do PSD, com toda a transparência, houve um erro.
106. Em relação aos meios na questão do orçamento dirige-se ao Membro Custódio Vale de Gato, pede desculpa, mas não falharam em nada do que a lei tipifica em termos de direito de Oposição e o que a lei tipifica é que têm de ouvir os partidos para que lhes apresentem propostas a incluir nas Grandes Opções do Plano, depois de analisadas pelo executivo com a legitimidade que têm, decidida pelos eleitores. No caso concreto, nem aí falharam quando reuniram com o PSD e com a CDU, ambos os partidos trouxeram propostas, a CDU não logo, mas depois enviou de seguida e, de alguma forma, não tinham as GOP ainda preparadas, nem elaboradas e o que o PSD se queixou na altura foi de não lhes terem dado as linhas guia e perante a lei não o têm de o fazer, costumam fazê-lo, porque se estivessem feitas tê-lo-iam feito, mas estavam em elaboração, não tinham as coisas fechadas e foi a única coisa que não deram porque não o tinham, deram depois à Câmara Municipal que é o Órgão que tem de aprovar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano e à presente Assembleia Municipal.
107. Dirigindo-se novamente ao Membro Custódio Vale de Gato, volta a insistir que não falharam em nada, pede desculpa, mas nesse capítulo não. Admite e se lhe disser que, por vezes, respondem um pouco tarde, isso é verdade, levam tempo a responder quando exige recolha de informação ou análises técnicas do executivo, levam um pouco de tempo a responder e isso aceita porque é verdade que levam um pouco de tempo a responder. Quando, numa semana lhe chegam quatro e cinco requerimentos do PSD sobre assuntos dispares e, que enviam para os serviços para recolha de informação, é impossível cumprir os prazos que a lei tipifica em alguns dos casos, em outros é mais fácil, aí aceita.
108. A questão da omissão no direito de os ouvir e de participarem na elaboração das Grandes Opções do Plano, esse não, falharam no primeiro ano do mandato, recorda-se bem e não voltaram a falhar.
109. A **Membro Maria João Luz** não era para referir, mas como o Senhor Presidente da Câmara Municipal deve ter rigor, recorda-lhe que a CDU é composta por dois partidos com assento no presente Órgão: Partido Ecologista Os Verdes e o PCP. Quando convocarem os partidos da oposição, deve convocar o Partido Ecologista Os Verdes.
110. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Menciona que o problema é que não sabe quem são os Membros do Partido Comunista e os Membros do Partido Ecologista Os Verdes e do que questionaram é que não há estrutura do Partido Ecologista Os Verdes em Vendas Novas e se lhe poderem dizer quem é que são os eleitos do Partido Ecologista Os Verdes que estão presentes na bancada, terá o cuidado de no futuro, ou na Câmara Municipal, qual dos Senhores Vereadores é que é do Partido Ecologista Os Verdes, terá todo o gosto de convocar para apresentar propostas, mas desconhece quem são.
111. A **Membro Maria João Luz** refere que é o Membro Tiago Aldeias.
112. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

4.º Ponto – RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DE 2020 DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

113. **A Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução, referindo que o mesmo é só para conhecimento.
114. **O Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que não tem muito a acrescentar. O mesmo decorre de uma obrigação legal dar conhecimento à Assembleia Municipal do acompanhamento que fizeram ao plano, tem de seguida uma alteração ao plano. Vem detalhado todo o trabalho que foi feito pela equipa de trabalho nesse âmbito.
115. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

5.º Ponto – 1.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

116. **A Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 5.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução, referindo que o mesmo é só para conhecimento.
117. **O Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Basicamente e de acordo com aquilo que referiram no ano passado, tiveram uma alteração orgânica em 2019, o ano de 2020 foi um ano de adaptação da Câmara Municipal a essa orgânica e vem presentemente o ajuste necessário a esse plano com o reflexo já da nova orgânica dentro dele.
118. **O Membro José Leitão** refere que à imagem do que aconteceu no documento de prestação de contas, em que se diz que foi aprovado, por unanimidade, este também aparece a dizer que é aprovado, por unanimidade e, a realidade é que a CDU teve presente na reunião de Câmara e na altura recusou-se a votar porque foram-lhes entregues os documentos com quarenta e oito horas, ou seja, estão a falar em setecentas páginas, o que para votarem em consciência, tendo em atenção que se um dos Vereadores da CDU está reformado, mas tem a sua vida particular, a outra trabalha, não é exequível pedir a alguém que vote em consciência e que analise setecentas páginas para votar.
119. Consequentemente, aquilo que pediram e já falaram sobre isso, era que a Câmara Municipal quando enviasse esses documentos para a Assembleia Municipal, na proposta de deliberação em baixo, em vez de, colocar só aprovada, por unanimidade, submeta-se à Assembleia Municipal, acrescenta-se também qual foi a orientação de voto dos restantes Vereadores, se votaram ou se não votaram.
120. **O Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Esclarece que o despacho é do Presidente da Câmara Municipal e tem de mencionar duas coisas: a aprovação ou não do documento e a submissão a alguma entidade, é assim que o entende e é assim que o faz há oito anos. O Membro José Leitão bastaria ler as Minutas das Atas que são enviadas para Assembleia Municipal onde estão as votações, não lhe parece um argumento.
121. **O Membro José Leitão** só para dizer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que não lhe deve custar muito fazer isso.
122. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

6.º Ponto – DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL

123. **A Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 6.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
124. **O Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que passará a palavra à Vereadora Ana Barros que tem a área da saúde e que acompanha, desde o início, o presente processo.

125. A **Vereadora Ana Barros** saúda os presentes. Menciona que fará um breve enquadramento sobre o que se está a falar. Refere que se está a falar de quatro competências na área social, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Emergência Social que, no presente, a Segurança Social tem um acordo de cooperação com a Santa Casa da Misericórdia.
126. Têm a Coordenação Administrativa e Financeira dos CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social que, no presente, têm uma entidade coordenadora local, que é a Santa Casa da Misericórdia.
127. Têm a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção.
128. E têm a quarta competência que o diploma refere que são as cartas oficiais municipais e supramunicipais.
129. De acordo com a proposta de transferência de competências, os Municípios passam a assegurar essas quatro competências que estão ainda do lado da Segurança Social. A visão do executivo e, também no caso, com a avaliação dos serviços do Município, foi de propor à Câmara Municipal a não aceitação, embora já se tenha algum conhecimento de algumas verbas envolvidas que tem a ver com a contratação de recursos humanos.
130. A proposta é que as Câmaras Municipais passem a ter recursos humanos para ter essas valências e inclusivamente, uma coisa que os perturbou um pouco e que os levou a essa decisão foi que o bolo a transferir seria o valor dos recursos humanos que mal daria para pagar a um técnico superior e que também com mais uns “pozinhos”, um valor muito baixo, que mal daria para dar os chamados subsídios que a emergência social exige que haja esse apoio aos utentes.
131. A proposta do executivo é, de facto, não aceitar essas competências no presente e também tentar negociar e ver o que é que poderá ser alterado na presente questão.
132. O **Membro José Leitão** refere que a bancada da CDU acompanha a posição da Câmara Municipal nessa pseudo descentralização de competências por parte da Administração Central porque é isso que se trata e, como é sabido, o PCP e Os Verdes têm tido uma postura de contrariar essa descentralização de competências que, ao que parece, já era para ter sido passada para as Autarquias, mas, felizmente, por proposta do Grupo Parlamentar do PCP e de Os Verdes em conjunto, levou ao adiamento da mesma para 2022 e, esperam que, para o próximo ano que também seja empurrada para a frente, porque aquilo que denotam, como a Vereadora Ana Barros frisou e bem, o que aí vem é residual para as Autarquias e depois as Autarquias que agarrem o resto e o resto que aí vem é muito complicado. Consequentemente, não é transferir uma verba para pagar a um técnico que resolve os problemas na área da ação social.
133. Menciona que por isso, acompanharão sempre essa posição e congratulam-se com a posição da Câmara Municipal em relação ao presente ponto.
134. Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 6, tendo sido **deliberado, por unanimidade, não aceitar em 2021 a transferência das competências no domínio da ação social, previstas no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, por não existir condições para tal.**

7.º Ponto – REGULAMENTO DO CAMPO DE FÉRIAS DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

135. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 7.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
136. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que passará novamente a palavra à Senhora Vereadora Ana Barros.
137. A **Vereadora Ana Barros** refere que, em termos práticos, a proposta de Regulamento que trazem, o que se pretende é criar uma resposta municipal que seja agregadora das respostas existentes no Concelho de

Vendas Novas, chamando-lhe o Campo de Férias. Esse Campo de Férias agregará as respostas de centro de atividades de tempos livres e outros similares existentes no Concelho, seja do tecido associativo ou até do privado que queiram aderir.

138. As entidades aderentes poderão ter da parte do Município alguns apoios nomeadamente, a cobertura dos seguros que serão exigidos, os transportes para algumas visitas ou passeios ou atividades que queiram organizar, o acesso a equipamentos municipais, para poder dinamizar também as suas atividades e a divulgação de uma forma uniforme e também pelos meios do Município, pelo que pensa que não lhe está a escapar nenhum apoio.
139. Para as famílias poderá trazer a oportunidade de fazerem uma pré-inscrição junto do Município e requerer um apoio financeiro. Um apoio financeiro que será fixado, numa fase seguinte, pela Câmara Municipal e, o que estão a pensar fazer é criar no máximo três escalões, imaginando que há um valor semanal de trinta e cinco euros, mero exemplo, para a família frequentar um dos ATL'S, que poderá, no primeiro escalão a comparticipação municipal ser de 80%, no segundo escalão de 50% e no terceiro de 30% ou 25%, sendo que estão a fixar no momento esses valores.
140. Com tudo isso, as famílias ganham, tendo um apoio financeiro à frequência dos seus educandos em qualquer uma das entidades aderentes, fazendo uma pré-inscrição junto do Município que depois será analisada pelos serviços municipais e articulada, de acordo com a ordem de preferência, com a entidade onde a criança quer desenvolver as suas atividades.
141. Basicamente, é isso que em termos práticos trazem, uma resposta que possa ajudar, ao mesmo tempo, as entidades que dinamizam essas atividades e possibilitar às famílias com rendimentos mais baixos, ou eventualmente, até com mais filhos no agregado familiar que possam ter uma pequena ajuda na frequência do Campo de Férias e também, sempre com a possibilidade de frequentar blocos de atividades dinamizados pelo Município que também vão criar e aí não só de oferta a essas crianças, mas também de oferta a toda a população juvenil do Concelho.
142. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 7, tendo sido **deliberado, por maioria, com 20 votos a favor (14 do PS e 6 da CDU) e 2 abstenções (PSD), aprovar a proposta de Regulamento do Campo de Férias do Município de Vendas Novas.**

8.º Ponto – PROPOSTA DE ADITAMENTO AO ACORDO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A CIMAC

143. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 8.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
144. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que foi aprovado pela Câmara Municipal, a delegação na CIM das transferências de competências no âmbito dos transportes do Município de Vendas Novas e de todas as Câmaras Municipais do Distrito de Évora, do Alentejo Central. No entanto, há um projeto que querem implementar, tanto o Município de Vendas Novas, como mais alguns Municípios, que carece da devolução de uma competência que entregaram à CIMAC. Basicamente, é a competência da possibilidade de desenvolverem transporte flexível.
145. Isso porque querem implementar um projeto que, pensa que já é do conhecimento público, o transporte a pedido, que tem como regra básica, a utilização dos meios de transporte existentes no Concelho, nomeadamente os táxis, para fazer a ligação a algumas zonas do Concelho que não têm, no momento, grande oferta a custos mais reduzidos, ou seja, suportando o Município uma parte da despesa que cada pessoa tem com essa deslocação.
146. Menciona que vão fazer um teste-piloto com uma rota que fará a ligação às Piçarras precisamente e que, será o teste para perceberem como é que o projeto poderá funcionar.

147. Referem o que apresentam é, no fundo, a apresentação do aditamento ao acordo de delegação de competências que tem firmado com a CIMAC para que eles possam devolver ao Município a competência que lhes vai permitir implementar esse projeto e que sem ele, não o poderão fazer.
148. Não havendo mais intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 8, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 14 votos a favor (PS) e 8 abstenções (6 da CDU e 2 do PSD), **aprovar o adiamento ao Acordo de Delegação de Competências com a CIMAC, enquanto Autoridade de Transportes públicos municipais de passageiros.**

9.º Ponto – INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL

149. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 9.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
150. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que, em relação à Atividade Municipal, que ela reporta aos meses de abril e de maio.
151. Menciona que continuaram durante esses meses, o trabalho de desenvolvimento no Centro de Vacinação criado para servir o Concelho de Vendas Novas, sendo que já vão com mais de cinco mil Vendasnovenses vacinados, pelo menos com uma dose, sendo esses dados são atualizados de forma regular. À data do fecho eram cinco mil cento e qualquer coisa.
152. Destaca também a conclusão da auditoria à questão das descargas irregulares para o coletor de esgotos. Terminou a auditoria à empresa ao sistema de esgotos municipais e, foi enviado para pronúncia da própria empresa.
153. Em nota final, refere que ganharam em Tribunal o processo que tinham sido entreposto pela empresa no que diz respeito à providência cautelar sobre a decisão da Câmara Municipal em 2 de setembro, do ano passado, em que decidiu fechar o coletor e, houve uma desistência do processo da empresa, o que significa que a Câmara Municipal ganhou o processo e que o coletor vai continuar então encerrado de forma temporária até a empresa provar de forma inequívoca que não voltará a violar o regulamento.
154. A **Membro Maria João Luz** questiona se a empresa continua a laborar e se o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem conhecimento do que é feito daqueles resíduos.
155. O **Membro Joaquim Pedro** saúda todos os presentes. Questiona o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a limpeza urbana, porque existem algumas ruas, que durante algum tempo, sempre passava por lá um funcionário uma vez por semana e, ao que lhe parece passou a passar uma vez por mês e em algumas ruas irá alguém lá passar uma vez por ano. Questiona, uma vez que pelo que ouviu dizer, que por falta de verbas não deve de ser, o saldo é positivo, interrogando se é falta de pessoal para o que está a acontecer.
156. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra e a intervenção da **Membro Maria João Luz** e do **Membro Joaquim Pedro**. Refere que em relação à empresa tem conhecimento que continua a laborar, aliás essa era a base da decisão de 2 de setembro é que o fecho do coletor não implicava o condicionamento à produção da empresa, nem podia por lei. Sendo que continua a laborar e estão a levar os resíduos para uma empresa de tratamento em Setúbal e souberam através da empresa de Setúbal que contactou o Município, a dizer que tinha capacidade para mais se fosse necessário mais alguém precisar. Os resíduos estão a ser encaminhados para Setúbal para uma empresa especializada, a Simarsul, pensa que é bastante conhecida e que está ligada também à Autoeuropa.
157. Em relação à questão do **Membro Joaquim Pedro** sobre varredura da cidade e das ruas que falou, menciona que essa competência não é do Município, sendo que foi entregue à Junta de Freguesia de Vendas Novas e fazem uma reunião mensal de acompanhamento e tendo a Senhora Presidente da Junta de Freguesia presente, que é quem tutela a área das varreduras, mas daquilo que sabe e das reuniões que têm tido, deveu-se essencialmente a período de férias de alguns colaboradores que condicionam logo a

normalidade dos trabalhos e também ao período um pouco mais atípico também em termos de crescimento de ervas, que agora são visíveis, mas que muito em breve se deixarão de ver na cidade.

158. O **Membro Joaquim Pedro** dirige-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal mencionado que para si essa questão não serve, referindo que no período do inverno, o pessoal não estaria certamente de férias, que o que se passa deve ser outra coisa qualquer, mas também disse que não era da responsabilidade da Câmara Municipal. Também sabe como é que se faz, porque já passou pela Junta de Freguesia e também sabe como é que se fazem os protocolos, sendo que as verbas são transferidas não são as suficientes para meter o pessoal que é necessário.
159. O **Membro José Leitão** refere que para além das questões habituais da informação genérica que já sabem, basta começar na página 39 a olhar para a informação que é prestada para perceber que não é informação, mas já nem vai por aí que não vale a pena.
160. Em relação à Extraoils, menciona que se está a 30 de junho, já se passaram os sessenta dias do prazo dado à empresa para se pronunciar sobre o dito relatório e a bancada da CDU gostaria de saber se a empresa já se pronunciou ou não e, se for possível informar tudo bem.
161. Sobre o adiantamento de verbas que a Câmara Municipal fez à Casa do Povo e que, entretanto, veio respondido pelo Centro Distrital da Segurança Social a “assobiar para o lado”, passa a expressão, em relação aos trinta e dois mil euros, questiona o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o que pensa fazer em relação a essa situação.
162. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Dirigindo-se ao Membro Joaquim Pedro refere que tem todo o seu respeito que enquanto ex. Presidente da Junta de Freguesia de Vendas Novas sabe as coisas que fazia e o que não fazia também, sendo que há muita coisa que fazemos e que não se faz, sendo normal pois são humanos, mas há uma coisa que nunca lhe fez e também não o vai fazer, dizendo que não é da sua responsabilidade, sendo que o é sempre. Quando delegam uma competência é responsabilidade do Município sempre, a execução não, mas o acompanhamento e fazer com que funcione é e, por isso, é que a Câmara Municipal contratou mais dez recursos humanos para aumentar a capacidade do trabalho de varreduras e eles estão ao trabalho e, aumentaram as verbas para a Junta de Freguesia e acompanham.
163. Menciona que é normal que pontualmente e, pede-lhe desculpa, mas tem recebido, de alguma forma, o feedback das pessoas que as coisas não andam como já andaram, felizmente, havendo picos que claro que há mais lixo e isso também se verifica com os monos e com os verdes, havendo agora a altura das limpezas, das podas, é normal, são picos e são tratados como picos, sendo reforçadas as equipas e tentam conter ao máximo.
164. Respondendo à questão, não sendo responsabilidade da Câmara Municipal, é responsabilidade do executivo, acompanham e fazem um trabalho de parceria e de coordenação permanente com as Juntas de Freguesia das competências que lhes delegam, sendo que falam semanalmente sobre as situações, havendo coisas que têm solução e resolução e há outras que não têm.
165. Refere que quando chegaram à Câmara Municipal tinham quatro pessoas a varrer ruas em Vendas Novas e no presente são catorze e, nesse aspeto, em oito anos, têm catorze pessoas, podendo dizer que ainda é insuficiente, mas, foi um aumento muito significativo quer do quadro de pessoal da Junta de Freguesia que também contratou pessoas para esse efeito, quer da Câmara Municipal que contratou e cedeu outras pessoas, por isso estão a fazer um esforço para melhorar.
166. Sendo uma questão de quando identificar alguma coisa que não esteja tão bem o comunicar à Câmara Municipal em alguma zona em particular e o executivo com a Junta de Freguesia articulam, de alguma forma, a resolução do problema.
167. Dirigindo-se ao Membro José Leitão refere que ainda não respondeu. Para o executivo, “encantados da vida”, está fechado o coletor e se não responderam, continua fechado. A resposta à auditoria por parte

da empresa, os sessenta dias, se não responderem vai permanecer fechado, sendo que era isso a deliberação da Câmara Municipal, sendo que oficialmente ainda não responderam.

168. Em relação às verbas para a Casa do Povo, já esperavam a resposta da Segurança Social, sendo que as Câmaras Municipais também têm algum bloco de competências nessa área e a Segurança Social escudou-se nisso para dizer que não tinha nada a pagar. No entanto, felizmente, o Governo abriu agora um conjunto de candidaturas para as Câmaras Municipais irem buscar até cento e cinquenta mil euros das verbas que gastaram com a pandemia, onde poderá estar esse valor. Felizmente, não foi a Segurança Social, mas houve um programa do Governo que lhes vai permitir ir buscar o dinheiro felizmente.
169. O **Membro José Leitão** refere que “belos amigos” que o Senhor Presidente arranja.
170. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

171. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que havendo público, questiona se alguém se quer inscrever. Refere que a intervenção do público compete em solicitar esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Cada pessoa do público só tem uma intervenção e solicita que se identifiquem no início da intervenção para ficar registado em ata.
172. O **Município Marco Silva** saúda os presentes. Refere que vai começar por uma notícia que vem do Jornal Nascer do Sol que diz que “Vendas Novas dá milhões a fábrica fantasma”. Questiona o Senhor Presidente da Câmara Municipal se o Senhor Isaias Gonçalves ainda é advogado da Autarquia, porque se for estão muito mal, porque alguém da página do Município de Vendas Novas escreveu que ia ser ponderado um recurso à ação judicial à notícia do Jornal “Nascer do Sol”, pois foi o mesmo advogado que disse ao Jornal algumas informações que vieram nessa notícia. Por isso, questiona se o Senhor Dr. Isaias Gonçalves ainda é advogado da Autarquia.
173. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que o mesmo disse na última Assembleia Municipal, falando da empresa Labcoco que “o projeto não tinha pernas para andar, que o mesmo estava falido”, sendo que nessa entrevista o Senhor Raúl Correia Filho reafirma que a Labcoco vai retomar o projeto assim que possível. Como o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que estava falido, questiona quem é que fala a verdade, se é o Senhor Presidente da Câmara Municipal ou se é o Senhor Raúl Correia Filho.
174. Em relação à Extraoils já sabe que o coletor público está encerrado. Mas é claro que a empresa ao vir para Vendas Novas ninguém sabia a poluição que ela viria a fazer, como é óbvio, por isso questiona onde está o estudo de impacto ambiental, se tem conhecimento se não tem, se a Câmara Municipal tem, se não tem e se foi assinado pela Câmara Municipal ou por alguém da Câmara Municipal ou por alguém exterior à Câmara Municipal.
175. Referente à notícia, segundo consta, desapareceram dois milhões e seiscentos mil euros, em que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não sabe de nada, a Câmara Municipal é alheia, mas todos se recordam da inauguração daquele bocado de betão com a placa com pompa e circunstância, autocarro da Câmara Municipal e toda aquela panóplia de coisas e como todos sabem, há o vídeo para o comprovar, está na internet, está na página do Facebook do Município.
176. Outra questão que o chocou, não o chocou, fica sempre mal e, quer ouvir pela voz do Senhor Presidente da Câmara Municipal, se o IAPMEI e a Câmara Municipal de Vendas Novas estão sob investigação do Ministério Público. É que se estiverem, tem-se outro problema muito grave, sendo que a Câmara Municipal fica muito malvista nesse cenário.
177. Refere que a Câmara Municipal, pelo mandato de quase oito anos que o Senhor Presidente da Câmara Municipal leva, gostam muito de festas e foi comemorado, no passado mês de maio, os 28 anos da

- Elevação a Cidade e muito bem. Faz festas e, como o relatório de contas andaram no presente dia na baila nos pontos da ordem do dia, há um grande excesso de lucro ou excesso de dinheiro que sobrou.
178. Questiona que fazem uma festa, enquanto os wc's da Avenida da República estão encerrados, questionando onde vão os Vendasnovenses e os visitantes da Avenida da República, tendo vontade de fazer uma necessidade. Já pensou para si que qualquer dia vai à Câmara Municipal e vai fazer numa casa de banho que ache ou vai lá perguntar, sendo que é mesmo ao lado.
179. Menciona que são essas pequenas coisas que não percebe, não o percebe enquanto habitante e se calhar como ele devem de estar muitos habitantes a pensar o mesmo.
180. Sobre o aparecimento de esgoto a céu aberto na Herdade da Ajuda Velha, em que tem conhecimento que o Senhor Presidente da Câmara Municipal foi lá ver, o PSD também e também o foi ver com os seus olhos, pelo que questiona se há alguma conclusão sobre isso, de onde veio e se já sabem dar alguma informação.
181. A **Munícipe Maria do Céu Marquês** saúda todos os presentes. Menciona que tem umas questões a colocar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e está ao corrente que o mesmo contratou uma empresa da Universidade de Lisboa para fazer uma auditoria à fábrica Extraoils, sendo os donos os Senhores Gameiros e os professores que lá foram são amigos dos mesmos. Como isso foi descoberto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal decidiu contratar outra empresa para fazer a auditoria. A sua questão é se essa auditoria já foi feita e se já tem resultados.
182. A outra questão é, desde quando passam uma licença sem projeto de obra e essa mesma licença foi passada pelo Senhor Soeiro, no tempo do seu mandato, restando saber se o Senhor Presidente da Câmara Municipal estava ao corrente.
183. Menciona que foi informada que, todas as semanas partem de Vendas Novas, quatro camiões carregados de resíduos tóxicos para a Herdade do Salgueiral, que se situa em Almeirim. Os donos são os Gameiros, esses mesmos camiões vêm carregados de água, para diluir nos tanques para limpar os resíduos tóxicos, para quando houver uma fiscalização não encontrarem os mesmos. Os camionistas, um é de Pegões e o outro é dos Afonsos. A sua questão é se o Senhor Presidente da Câmara Municipal está ao corrente e se está porque razão não toma uma atitude.
184. Refere que foi informada que, quando chove os tanques são abertos e os resíduos tóxicos circulam pelo chão, por essa razão as árvores à volta dessa fábrica estão todas a morrer e daí vem os maus cheiros para a população de Vendas Novas. Esses mesmos tanques eram para receber as eiras que servem para a ração animal. Os maiores para receber água e não produtos tóxicos e a sua questão é se o Senhor Presidente da Câmara Municipal está ao corrente e, se sim, porque não faz nada.
185. Refere que o Tribunal mandou fechar o coletor que dava para a ETAR de Bombel e a sua questão é porque esses resíduos tóxicos estão a ir para as águas fluviais que vão dar a duas herdades, tem os vídeos que passaram na rede social e a sua questão é o que é o que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem a dizer sobre esses vídeos que foram vistos.
186. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que vai tentar ser claro e conciso nas respostas, de forma a que os munícipes que estão do lado de lá, consigam perceber.
187. Menciona que, o Senhor Dr. Isaías Gonçalves ainda é advogado na Câmara Municipal, sim e, porque é que não o haveria de ser.
188. Se a Labcoco vai retomar o projeto, a informação que teve foi que a empresa estaria em dificuldades financeiras e ia abrir insolvência, como o havia transmitido e se vão retomar, não o sabe.
189. Se o IAPMEI e a Câmara Municipal estão sob investigação do Ministério Público, desde a notícia do ano passado não e, o executivo não tem qualquer comunicação nesse sentido.

190. Deixa uma nota de que por vezes é preciso cuidado com o que se lê na imprensa, porque pode não ser verdade e alguma “encomenda”.
191. Sobre a questão da Extraoils e o Estudo de Impacto Ambiental antes do projeto, refere que a Câmara Municipal não é responsável pelo licenciamento industrial e a ser obrigatório por lei, há uma entidade que tem essa obrigação que é o IAPMEI e, no caso da tipologia da empresa, pelo que sabe não era obrigatório, não sendo a Câmara Municipal que o faz. Nem licenciam sequer a atividade laboral de qualquer empresa, tal como também não dão dinheiro a empresas que é outro mito criado, que dão dinheiro a empresas.
192. Sobre a questão dos wc’s a Avenida da República pensa que já estão abertos, referindo que estiveram fechados durante o período pandémico em maio, sendo que no presente dia já viu pessoas a entrar e sair de lá dentro e a chave sempre esteve no quiosque, não detetando nenhuma anomalia, a não ser a necessidade de requalificação daquele espaço que está a ser projetada.
193. Em relação à linha de água, sim foi lá ver, inclusive cruzaram-se no mesmo dia, se recorda cruzaram-se no mesmo momento em que lá foram fazendo aquilo que lhes competia, sendo uma linha de água que não é do domínio municipal é do domínio privado, comunicaram às entidades competentes, APA e CEPNA aquilo que viram e pelo que sabem e do que têm acompanhado, não voltou a acontecer e o que poderá estar em causa é um caso pontual e por vezes acontece.
194. Pelas questões colocadas pela Senhora Maria do Céu Marquez, auditoria e troca de empresas, menciona que a Câmara Municipal só contratou uma empresa, é a mesma, são dois professores universitários catedráticos, os maiores especialistas nacionais na presente matéria segundo aquilo que sabem, não contrataram nenhuma outra empresa, nem trocaram de empresas e aí talvez alguma confusão.
195. Sobre a questão dos resíduos para onde vão, respondeu-o durante a Assembleia Municipal à Membro Maria João Luz, se não se engana. A informação que têm é que os resíduos da produção da empresa estão a ser entregues em Setúbal numa unidade de tratamento especializada e, portanto, sendo a própria empresa que o confirmou.
196. Em relação aos tanques que por baixo onde estão a ir os resíduos, refere que desconhece totalmente.
197. Esclarece que não foi o Tribunal que mandou fechar o coletor, foi a Câmara Municipal, a 2 de setembro de 2020, numa deliberação tomada por unanimidade, dos Senhores Vereadores que constituem a Câmara Municipal e o Tribunal deu-lhes razão num recurso apresentado pela empresa contra a Câmara Municipal, mas ganharam.
198. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 22 horas e 48 minutos do dia 30 de junho de 2021.

A Presidente da Assembleia: _____

O 1.º Secretário: _____

Anexos



VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE JOÃO PAULO VARANDA

No passado dia 24 de Junho, Vendas Novas acordou atordoada com a notícia do falecimento de um dos seus mais queridos e dedicados filhos. Nesse dia, ficámos mais vazios, consumidos pela tristeza da notícia do falecimento do João Paulo Varanda.

João Paulo Varanda nasceu em Vendas Novas no ano de 1967, filho de uma orgulhosa família Estrelista. Ingressou na Guarda Nacional Republicana, tendo prestado serviço no nosso Alentejo, mas nunca perdendo a ligação com a sua terra natal, onde criou família.

Durante duas décadas, João Paulo Varanda dirigiu o Núcleo Sportinguista de Vendas Novas, e levou-o à proeminência, tornando este Núcleo um dos mais importantes a nível nacional.

Desde Julho de 2020, o João Paulo assumiu a Presidência do Estrela Futebol Clube de Vendas Novas, depois de serem depositadas nele toda a confiança e esperança pelos sócios daquele clube. O João Paulo foi o presidente durante o 100º aniversário do Estrela, transformou a sede do mesmo, promoveu uma equipa desportiva e técnica que levou o clube quase à conquista do campeonato, que entretanto foi interrompido. O João Paulo tomou a sua missão no Estrela Futebol Clube como havia tomado no Núcleo Sportinguista de Vendas Novas, com a dedicação e paixão que todo o concelho lhe reconhece. O trabalho que iniciou ficou precocemente interrompido.

Hoje aprovamos um voto que nunca queríamos ter de votar, com uma antecipação que nos revolta, nos consome, nos inquieta, nos esvazia. Este é um voto de pesar que aprovamos de coração vazio e agonizado pela ausência. Pela ausência do Presidente, do Pai, do dirigente, do marido, do amigo, do Guarda, do Vendasnovense, do cidadão João Paulo. Pela ausência do riso, das anedotas, da sua caracterização das vitórias do Estrela ou dos empates – que derrotas não as conheceu. Coração vazio pela ausência da pessoa



que era, que todo o concelho conhecia e de quem todos tinham uma palavra a dizer, e a quem centenas de horas de despedida não seriam suficientes.

Com a sua dedicação, aprendemos. Com a sua resiliência, inspiramo-nos. Com a sua humildade, simplificamo-nos. Com a sua amizade, resistimos.

Hoje, a Assembleia Municipal de Vendas Novas aprova este voto de pesar cujas palavras não são suficientes para caracterizar o João Paulo Varanda. Aprovamos o voto de pesar de todo um concelho mais vazio com a ausência deste seu filho.

A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vendas Novas.

Aos 30 dias de Junho de 2021

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de João Paulo Varanda

Faleceu a 24 de junho, João Paulo Varanda, destacado dirigente Associativo do concelho de Vendas Novas e atual Presidente do Estrela Futebol Clube e do Núcleo Sportinguista de Vendas Novas.

Com uma longa, abnegada e reconhecida carreira no mundo Associativo, constituiu-se como um dos grandes dinamizadores do desporto e da cultura em Vendas Novas, sendo uma referência de equilíbrio, cordialidade e de amor a Vendas Novas e às coletividades que a representam. Deixa a toda a comunidade um legado de participação, proatividade e dedicação, confirmado por todos os que direta ou indiretamente com ele tiveram oportunidade de privar ou trabalhar.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida no dia 30 de junho de 2021, reunida no Centro Sociocultural, expressa o seu profundo pesar pelo falecimento de João Paulo Varanda e apresenta à família, amigos e coletividades cujos órgãos este integrava as suas sentidas condolências.

Vendas Novas, 30 de junho de 2021

A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Vendas Novas

VOTO DE PESAR

Falecimento de João Paulo Varanda

No dia 24 de junho, fomos confrontados com o desaparecimento físico de João Paulo Varanda, Dizemos físico porque não será esquecido por aqueles que com ele tiveram o privilégio de conviver.

O Movimento Associativo de Vendas Novas ficou mais pobre.

Foi o grande dinamizador e Presidente da Direção do Núcleo Sportinguista de Vendas Novas, tendo levado o nome da nossa cidade e do nosso concelho, pelo País.

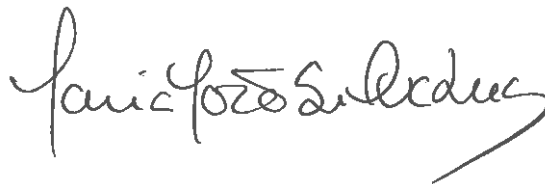
Ultimamente, era também, Presidente do Estrela Futebol Clube, o maior Clube desportivo de Vendas Novas onde, apesar do pouco tempo em que exerceu essa função, deixou marcas do seu querer em elevar o Clube.

A sua dedicação ao movimento associativo merece esta sentida homenagem, numa altura em que, no país, tanto escasseiam pessoas com este apego ao associativismo.

A Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida em 30 de junho de 2021, delibera manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de João Paulo Varanda e endereçar à sua família, ao Núcleo Sportinguista de Vendas Novas e ao Estrela Futebol Clube, as suas condolências.

Assembleia Municipal de Vendas Novas, 30 de junho de 2021

 Os eleitos da CDU





Voto de saudação pelo investimento na mobilidade do concelho

Durante o mês de Junho foi anunciada a concretização de duas importantes medidas que há muito o Município de Vendas Novas almejava: os descontos no passe ferroviários *Flexipasse*, no âmbito do PART, e o aumento do número de circulações do Intercidades.

Desde 2019 que o Município de Vendas Novas tem promovido as diligências necessárias junto do Governo e da CP para que os descontos nos passes do transporte ferroviário fossem aplicados às viagens entre o Alentejo Central e a Área Metropolitana de Lisboa, beneficiando assim dezenas de Vendasnovenses que diariamente fazem a viagem entre a nossa estação e outras naquela Área Metropolitana, e garantindo assim uma melhor coesão territorial entre estas regiões.

O PART, tendo sido criado com os votos da esquerda parlamentar, tem demonstrado o seu sucesso com a redução do trânsito automóvel – e conseqüente redução das emissões de gases poluentes – bem como o aumento da utilização do transporte público. Com as reduções agora implementadas, e que entram em vigor já a partir de Julho, também esse incentivo chega ao concelho de Vendas Novas.

Por outro lado, a CP, na sua estratégia recente de promoção do transporte público, e demonstrando que pode ser uma empresa ao serviço dos Portugueses, anunciou a circulação de mais um serviço Intercidades com destino a Lisboa e outro com destino a Évora, a meio do dia.

Estes importantes investimentos na mobilidade do concelho de Vendas Novas só foram possíveis com a alteração da estratégia do Governo, que pretende investir mais nos transportes e na ferrovia em particular, mas também do Município que tem demonstrado o interesse em potenciar estes investimentos, reivindicando junto da tutela e da empresa de transportes melhores condições.

Assim, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 30 de Junho de 2021, saúda os recentes investimentos na mobilidade do concelho.

A bancada do Partido Socialista de Vendas Novas, 30 de Junho de 2021

RSIO X VENDAS NOVAS

SOLICITA-SE QUE A NBS DA A.M. SOLICITE
 INFORMAÇÃO A A.R.S. DO BLENTEO SOBRE O
 QUE PODE SER COM O RSIO X DO CONTRA
 DE SUBO DE VENDAS NOVAS QUE HA PLO
 NOVAS 5 MESES SE ENCONTRA SUBRIBO
 COM OS PRODUTOS QUE TAL FACTO
 IMPLICA PARA OS VENDAS NOVAS.

